

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
XX CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL
DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Prova escrita especializada da Banca de Direito Penal

(Direito Penal e Direito Processual Penal)

Data: 22.01.97 Ponto sorteado nº 09

1ª questão: Direito Penal - Valor: 25 pontos

Mévio, empregado de oficina mecânica, dedicava-se a descansar, em seu horário de almoço, em uma praça, muito movimentada, distante alguns quarteirões de seu local de trabalho. Em certa oportunidade, ao ver passar determinada mulher, valendo-se de um canivete que portava, constrangeu-a a acompanhá-lo a um prédio abandonado nas imediações, e ali manteve com a vítima conjunção carnal sob grave ameaça, liberando-a a seguir. A mesma conduta repetiu-se, sempre à hora do almoço e no mesmo local movimentado, em cinco outras ocasiões, com mulheres diferentes, no curso de três meses, sendo que, com as duas últimas, praticou apenas atos libidinosos diversos da conjunção carnal. Mévio foi preso em flagrante, logo após a prática de novo atentado violento ao pudor, nas mesmas condições anteriores, desta feita contra um rapaz de 22 anos, ocasião em que foi identificado pelas demais vítimas. Tipifique a conduta de Mévio, e discorra sobre a eventual existência de concurso de crimes.

Observação: Não é necessário redigir a peça acusatória.

2ª questão: Direito Penal - Valor: 25 pontos

Antonio, pedreiro, analfabeto, natural do interior do Piauí, e residente no Rio de Janeiro há pouco mais de um ano, foi processado por infração ao artigo 12, § 1º, II, da Lei nº 6368/76. No curso da instrução criminal ficou demonstrado o seguinte: que Antonio, ao ser procurado por policiais militares que investigavam notícia anônima de furto, no local onde estava trabalhando, foi encontrado com algumas folhas secas que aos policiais pareceram ser de cannabis sativa, também conhecida como "maconha"; que Antonio declarou usar aquela erva, que conhecia pelo nome de "Quindim", como chá, em casos de distúrbios estomacais, informando ter alguns pés da erva plantados em sua casa; que efetivamente foram apreendidos, no quintal de Antonio, sete pés de cannabis sativa. Também ficou demonstrado que Antonio sequer era fumante e desconhecia qualquer outra aplicação para aquela erva que cultivava, embora soubesse que maconha era droga de consumo proibido.

Diante da prova coligida, como deve se manifestar o Promotor de Justiça na fase de debates da audiência de instrução e julgamento? Resposta justificada.

3ª questão: Direito Penal - Valor: 20 pontos

Analise, justificadamente, a conduta de indivíduo que afirma a terceiros ter visto seu vizinho transitando embriagado e com arma de fogo pela rua onde ambos residem, de modo a causar escândalo e medo nas pessoas, fato que é absolutamente falso.

4ª questão: Direito Penal - Valor: 30 pontos

Comente a aplicabilidade do artigo 233 da Lei nº 8069/90, ante a ausência de definição legal do que seja tortura, em face do princípio constitucional da legalidade.

5ª questão: Direito Processual Penal - Valor: 50 pontos

Antonio, munido de um facão, perpetra agressão injusta contra Pedro. Este, em legítima defesa, atira contra Antonio, vindo o tiro a atingir João, que, em razão do disparo, falece. Pedro é processado mas vem a ser absolvido, mediante sentença transitada em julgado, que reconheceu ter ele agido em legítima defesa real.

Pergunta-se:

Os herdeiros de João podem mover ação civil de ressarcimento de dano contra Pedro?

6ª questão: Direito Processual Penal - Valor: 50 pontos

Dissertar sobre os pressupostos processuais no processo penal.

Observação: As peças processuais produzidas não deverão ser assinadas, sob pena de identificação da prova e conseqüente eliminação do candidato.

Prova escrita especializada da Banca de Direito Civil
(Direito Civil, Direito Processual Civil e Direito Comercial)

Data: 24.01.97 Ponto sorteado nº 07

1ª questão: Direito Civil - Valor: 50 pontos

Em 1970, Tício doou a Caio um apartamento localizado em Nova Friburgo, com cláusula de reversão. Dois anos após, Caio vendeu tal apartamento para Mário. Tanto a escritura pública de doação como a de compra e venda foram transcritas no registro imobiliário. Em 1982, Caio morreu, mas somente em 1994 Tício tomou conhecimento deste fato, oportunidade em que promoveu contra Mário ação reivindicatória do imóvel. Em sua defesa, Mário aduziu, em primeiro lugar, que a pretensão reivindicatória encontrava-se prescrita, já que decorridos mais de 10 anos da morte de Caio. Depois acrescentou que a morte de Caio não atingiu seu direito de propriedade sobre o imóvel, restando a Tício voltar-se contra os herdeiros do donatário para obter perdas e danos. Opine justificadamente, com indicação dos dispositivos legais cabíveis.

2ª questão: Direito Civil - Valor: 50 pontos

Angela, divorciada, mantendo há mais de 6 (seis) anos uma união estável com João, consentiu que o companheiro viesse a adotar seu filho menor, José, com 10 (dez) anos de idade, fruto do casamento anterior com Pedro. Instado a manifestar-se, Pedro opôs-se à pretensão. Diante desta negativa, Angela ingressou em juízo em face de Pedro, com pedido de destituição de pátrio poder, sob o argumento de que a adoção atendia aos reais interesses da criança, na medida em que João, próspero comerciante, dispunha de uma situação econômica muito melhor do que a do pai de sangue, o qual, com sua oposição, impedia que o filho cursasse excelente colégio particular, prejudicando, assim, sua educação, que é um direito fundamental da criança e do adolescente. Pediu, ademais, no caso de não ser sua primeira pretensão acolhida, fosse o consentimento de Pedro judicialmente suprido para o fim de a adoção realizar-se. Opine justificadamente, com indicação dos dispositivos legais cabíveis.

3ª questão: Direito Processual Civil - Valor: 50 pontos

Disserte sobre a liquidação de sentença, destacando particularmente o conceito, a natureza jurídica, as espécies e o recurso cabível contra a decisão que a realiza.

4ª questão: Direito Processual Civil - Valor: 50 pontos

Transitada em julgado sentença que, em ação de investigação de paternidade proposta pelo Ministério Público, rejeita o pedido por deficiência de prova, fica o menor impedido de, mais tarde, por seu representante legal, instaurar processo contra o mesmo réu com o objetivo de obter o reconhecimento judicial da paternidade? Responda justificadamente, com indicação dos dispositivos legais pertinentes.

5ª questão: Direito Comercial - Valor: 50 pontos

A, cliente do Banco B, solicitou a emissão de um cheque administrativo em seu favor e, após recebê-lo, endossou-o em favor de C, que o depositou em sua conta corrente em outro Banco no Brasil. No dia seguinte, antes de ser o cheque administrativo compensado, A solicitou a sustação de seu pagamento, oferecendo oposição escrita, alegando que a transação comercial que dera origem ao endosso houvera sido cancelada. Em face da solicitação, o Banco B não efetuou o pagamento e devolveu o cheque ao endossatário, C. Este, inconformado com a devolução, propôs ação de execução contra o Banco, alegando que este deveria ter honrado o cheque, o qual, por ser administrativo, não poderia ser objeto de contra-ordem.

Opine a respeito.

6ª questão: Direito Comercial - Valor: 50 pontos

Informe o candidato se há distinção entre os conceitos jurídicos de sociedade, empresa e estabelecimento e, se afirmativa a resposta, quais os traços distintivos. Qualquer que seja a resposta, o

candidato deverá responder quais são os elementos que compõem o estabelecimento e se este pode ser parte ou objeto de uma relação jurídica.

Observação: As peças processuais produzidas não deverão ser assinadas, sob pena de identificação da prova e conseqüente eliminação do candidato.

Prova escrita especializada da Banca de Direito Público

(Direito Constitucional, Direito Administrativo e Princípios Institucionais do Ministério Público)

Data: 26.01.97 Ponto sorteado nº 05

1ª questão: Direito Constitucional - Valor: 60 pontos

A 1a. Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça, ao julgar apelação interposta por acusado condenado pela prática de crime hediondo, rejeitou preliminar de nulidade defensiva, apoiando-se em disposição expressa do Código de Processo Penal.

Inconformado, o réu interpõe, exclusivamente, recurso extraordinário, fundado na alínea a, do inciso III, do artigo 102, da Constituição Federal, argüindo que o v. acórdão teria afrontado os princípios do contraditório e da ampla defesa, assegurados no seu artigo 5o, inciso LV.

Remetidos os autos ao Procurador-Geral de Justiça, para pronunciamento sobre o recurso extraordinário interposto, qual o posicionamento que se entende adequado à viabilidade da manifestação recursal, lembrando que o v. acórdão guerreado fundou-se diretamente em lei federal e não em dispositivo expresso constitucional. Resposta fundamentada.

2ª questão: Direito Constitucional - Valor: 40 pontos

Qual o fenômeno constitucional que permitiu a revogação da Lei Complementar n. 40/81, pela Lei n. 8625/93, de natureza ordinária e de iniciativa privativa do Presidente da República? Admite-se, face ao disposto no art. 59 da Constituição Federal, hierarquia entre leis complementares e ordinárias?

3ª questão: Direito Administrativo - Valor: 60 pontos

Empresa de economia mista deste Estado, constituída com o objetivo de explorar os serviços de guarda de veículos, mantinha contratos com os proprietários dos carros que utilizavam as suas vagas de garagens, mediante o pagamento de certa importância cobrada mensalmente a título de manutenção.

Pedro, hoje com 15 anos de idade, proprietário de um veículo herdado por testamento, veículo este que sempre era dirigido por um motorista empregado da sua família, celebrou contrato com a mencionada empresa estadual, devidamente representado por seu pai, para a guarda do carro nos seus deslocamentos diários. O instrumento contratual, firmado em janeiro de 1994 pelo prazo de dez anos, estipula, numa das suas cláusulas, que a quantia a ser paga, a título de manutenção, será reajustada mensalmente pelo índice de inflação ou por outro índice de correção que vier a ser fixado pelo Governo Federal. Após a implantação do "Plano Real", em julho de 1994, o reajustamento passou a ser feito anualmente. Em julho de 1996, a empresa estadual, alegando que o reajuste em foco tem de obedecer à efetiva compensação pelos serviços prestados, comparando a importância cobrada a uma tarifa, além de afirmar que o instrumento contratual firmado nada mais é do que um contrato de permissão de uso, reajustou a mesma em percentual bem acima da inflação oficial, justificando o reajuste com uma planilha de custos. Pedro, inconformado com o percentual do reajuste cobrado, alegando descumprimento de cláusula contratual, ajuizou ação cautelar, requerendo medida liminar para depositar em Juízo, mês a mês, os valores cobrados pela empresa estadual, enquanto o mérito do reajuste seria debatido na ação principal. A liminar foi deferida e, no prazo legal, foi proposta a ação principal.

Pergunta-se:

a) O instrumento contratual em foco pode ser considerado um contrato de permissão de uso regido pelas regras do Direito Administrativo?

b) O reajuste feito pela empresa de economia mista estadual, acima da inflação oficial, se apresenta correto diante do instrumento contratual mencionado na hipótese (sendo este ou não um contrato de permissão de uso)?

c) Poderia o reajuste em tela ser considerado como necessário à manutenção do serviço adequado (artigo 175, parágrafo único, inciso IV, da Constituição da República)?

d) Como se posiciona a permissão de uso diante da autorização e diante da concessão?

Respostas fundamentadas.

4ª questão: Direito Administrativo - Valor: 40 pontos

Em concurso público realizado para provimento de cargo de nível médio, a sua homologação ocorreu antes da conclusão da prova de investigação social, de caráter eliminatório, contrariando o edital do certame. Os candidatos aprovados, dentro das vagas existentes, foram nomeados e passaram a exercer as suas funções, iniciando o chamado estágio probatório. Após a conclusão de tal estágio, estando os servidores já confirmados, o resultado da prova de investigação social, que prosseguiu, revelou a inaptidão de alguns dos candidatos nomeados, sendo eles exonerados. Tais candidatos, sentindo-se prejudicados, ingressaram no Judiciário com mandado de segurança, requerendo medida liminar (não deferida), buscando as respectivas reintegrações funcionais. As informações prestadas pela autoridade impetrada continham os elementos antes sintetizados.

Pergunta-se:

- a) A hipótese comporta o ajuizamento de mandado de segurança?
- b) Caberia, no caso, deferimento de medida liminar?
- c) Levando em conta os requisitos, atributos e vinculações dos atos administrativos, qual o seu posicionamento, como Curador da Fazenda Pública, com relação à segurança postulada?

Respostas fundamentadas.

5ª questão: Princípios Institucionais do Ministério Público - Valor: 50 pontos

O Promotor de Justiça Hugo Nigro, logo após cumprir mandato eletivo na Câmara de Vereadores do Município de Campos, reassumiu suas atividades no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Na mesma oportunidade, concorreu à lotação para exercer funções eleitorais junto ao órgão do Judiciário onde atua. Formado o procedimento administrativo próprio, o Conselho Superior, em diligências, encaminhou os autos à Assessoria de Direito Público e Assuntos Institucionais. Na condição de assessor, elabore fundamentado parecer concernente à postulação do membro do "Parquet".

Resposta fundamentada.

6ª questão: Princípios Institucionais do Ministério Público - Valor: 50 pontos

Dissertação: "Liticonsórcio de Ministérios Públicos".

Observação: As peças processuais produzidas não deverão ser assinadas, sob pena de identificação da prova e conseqüente eliminação do candidato.